

## 11 IVA

## TIPO DE OPERAÇÕES

No exercício da sua actividade efectua (assinale **1** ou **2** ou ambos, conforme a situação):

- A - Transmissões de bens e ou prestações de serviços que conferem o direito à dedução .. ☒ **1**  
 - Transmissões de bens e ou prestações de serviços isentas que não conferem o direito à dedução ..... ☐ **2**
- Se assinalou apenas **1** ou apenas **2**, passe ao quadro seguinte.

B - Vai efectuar a dedução do imposto suportado segundo a AFECTAÇÃO REAL (artº 23º, nº 2)?

Sim ☐ **3** De todos os bens e serviços utilizados ..... ☐ **5**  
 Não ☐ **4** De parte dos bens e serviços utilizados ..... ☐ **6**

☐ Nestes casos, indique a percentagem estimada (*pro rata*) que utilizará para efectuar a dedução do imposto suportado (artº 23º, nº 4) .....  **7** %

TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS CUJA REALIZAÇÃO DETERMINA A OBRIGAÇÃO DE REGISTO POR FORÇA DOS ARTS 25º . E 26º . DO RITI (SE ESSE REGISTO FOR EFECTUADO POR OPÇÃO, ASSINALE ESSE FACTO NO QUADRO 13).

- Se, embora não sujeito ou isento nos termos do Código do IVA, realiza aquisições intracomunitárias que, por ultrapassarem o limite previsto na alínea c) do nº. 1 do artº. 5º. do Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias, está obrigado a registar-se por força do artº. 25º. do mesmo diploma, assinale ..... ☐ **8**
- Se é sujeito passivo não residente sem qualquer estabelecimento estável em território nacional e efectua transmissões de bens para adquirentes não registados em IVA em Portugal (« vendas à distância » a particulares) que, por estarem enquadrados no artº. 11º . do Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias, o obriga a registo por força do artº. 26º. do mesmo diploma, assinale ..... ☐ **9**

## 12 IVA

## PRÁTICA DE OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS

(DECRETO-LEI Nº 241/86, DE 20 DE AGOSTO)

Se assinalou o campo **2** do quadro anterior (transmissões de bens e ou prestações de serviços isentas que não conferem o direito à dedução) e pretende renunciar às isenções referidas nos nºs 30 e 31 do artº 9º do CIVA, optando pela aplicação do imposto às transmissões ou locações de bens imóveis ou partes autónomas, assinale ..... ☐ **1**

ATENÇÃO: Para exercer o direito a esta renúncia deverá requerer, de acordo com o estabelecido no nº 6 do artº 12º do CIVA, os respectivos certificados.

## 13 IVA

## OPÇÃO POR REGIME DE TRIBUTAÇÃO (se não pretende exercer qualquer opção, passe ao quadro seguinte)

- Se pretende exercer o direito à opção, reunindo para tal as necessárias condições, indique o regime pelo qual opta (artºs 12º, 55º e 63º do CIVA) .....

REGIME NORMAL ..... ☐ **1**  
 REGIME ESPECIAL DOS PEQUENOS RETALHISTAS ... ☐ **2**

## TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS

- Se, apesar de não ter sido ultrapassado o limite previsto na al. c) do nº 1 do artº 5º do Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias, pretende exercer o direito de opção previsto no nº 3 do mesmo artigo, assinale ..... ☐ **4**
- Se a obrigação de registo resultar de opção efectuada em outro Estado membro, de acordo com o disposto na al. b) do nº 2 do artº 11º do Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias, assinale ..... ☐ **5**

## 14 IVA

## OPÇÃO RELATIVA À PERIODICIDADE DE IMPOSTO

Se reunir condições para ficar enquadrado no regime normal ou se assinalou no quadro **13** o campo **1** e pretende optar pela periodicidade mensal, assinale (nº 3 do artº 40º do CIVA) ..... ☐ **1**

## 15 IVA e IRC

## NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA (NIB) PARA EFEITOS DE REEMBOLSOS

INDIQUE, relativamente à conta escolhida para efeitos de pagamento de reembolsos (arts 22º, nº 5, e seguintes do CIVA e nº 3 do artº 96º do CIRC)

Número de Identificação Bancária (NIB)

IVA ☐ **1** ☐ **3** .....  
 IRC ☐ **2** ☐ **4** .....

## 16

## INFORMAÇÕES RELATIVAS À CONTABILIDADE

• Possui contabilidade organizada? Sim ☒ **2** Por opção ..... ☐ **9**  
 Não ☐ **1** Por exigência legal ☒ **10**

TIPO DE CONTABILIDADE Informatizada ☒ **3** Não informatizada ☐ **4**

LOCAL DA CENTRALIZAÇÃO DA CONTABILIDADE Sede ☒ **5** Outro ☐ **6**

Número de identificação fiscal do técnico oficial de contas **7** 18477719552  
 Número de inscrição na CTOC **8** 15511612

Indicar o local onde se encontra centralizada a contabilidade, se diferente da sede ou domicílio  
 Rua, Praça, Avenida, Lugar, etc. Localidade Código postal

## 17 RELAÇÃO DOS SÓCIOS-GERENTES, DIRECTORES, ADMINISTRADORES, GERENTES, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, SÓCIOS DE SOCIEDADES IRREGULARES E CABEÇA-DE-CASAL OU ADMINISTRADOR CONTITULAR DA HERANÇA INDIVISA

NOME	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	CARGO
Nome <b>LUÍS MIGUEL DA COSTA MARTINS</b>	<b>1</b> 210178141731210	Sócio-GERENTE
Nome	<b>2</b> .....	
Nome	<b>3</b> .....	
Nome	<b>4</b> .....	
Nome	<b>5</b> .....	
Nome	<b>6</b> .....	
Nome	<b>7</b> .....	
Nome	<b>8</b> .....	

NO CASO DE TER UTILIZADO O QUADRO **40** OU FOLHA ANEXA PARA CONTINUAÇÃO DESTA RELAÇÃO, ASSINALE ☐

18 IVA

## REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO

DECRETO-LEI Nº 122/88, DE 20 DE ABRIL

- Artº 9º - Vendas de peixe, crustáceos e moluscos efectuadas pelas lotas:  
Se o imposto relativo a estas operações é entregue ao Estado pelas lotas em substituição dos pescadores ou armadores por conta de quem as vendas são efectuadas, assinale ☐ 1
- Artº 10º - Substituição da responsabilidade pela entrega do imposto:  
Se é revendedor directo e o imposto relativo às operações realizadas no âmbito desta disposição legal é entregue ao Estado por empresa previamente autorizada, assinale ☐ 2
- e indique, em relação a essa empresa, o NIF  e a sua designação social \_\_\_\_\_

Outros Regimes - assinale \_\_\_\_\_

5

19 IRS e IRC

## OPÇÃO PELO REGIME DE CONTABILIDADE ORGANIZADA (IRS) OU PELO REGIME GERAL DE DETERMINAÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (IRC)

- Reunindo os pressupostos de inclusão no regime simplificado de tributação previsto nos artigos 28º do CIRS ou 53º do CIRC, assinale:

☐ 1 IRS - Opto pelo regime de contabilidade organizada. ....

☒ 2 IRC - Opto pelo regime geral de determinação do lucro tributável. ....

SIM ☐ 3 NÃO ☐ 5

SIM ☒ 4 NÃO ☐ 6

20 IRC

## PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO RELATIVO A SUJEITO PASSIVO COM SEDE NO ESTRANGEIRO

Não tendo sede nem direcção efectiva em território português, mas dispondo neste de estabelecimento estável, pretende, ao abrigo do nº 2 do artº 8º do CIRC, adoptar período de tributação diferente do ano civil? ....

SIM ☐ 1 NÃO ☐ 2Se assinalou ☒ 1, indique a data de início do respectivo período \_\_\_\_\_3  ANO  MÊS  DIA

21 IR e IVA

## REPRESENTANTE(S) DE ENTIDADE NÃO RESIDENTE SEM ESTABELECIMENTO ESTÁVEL

- Indique o nome e assinale para que efeitos se destina a representação:

Nome \_\_\_\_\_ ☐ 1 IR ☐ 3 Número de identificação fiscal \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_ ☐ 2 IVA ☐ 4 Número de identificação fiscal \_\_\_\_\_

22 IRS e IVA

## ESTABELECIMENTO PRINCIPAL OU LOCAL DO EXERCÍCIO DE ACTIVIDADE (CASO SEJA DIFERENTE DO DOMICÍLIO FISCAL)

Rua, Praça, Avenida, Lugar, etc. \_\_\_\_\_

Número \_\_\_\_\_

Andar, Sala, etc. \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Freguesia \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Concelho \_\_\_\_\_

Código do SF ☐ 1 

23 IR

## ACEITAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO

Local e Data \_\_\_\_\_

ANO MÊS DIA

Representação prevista no nº. 2 dos arts. 118º do CIRC e 130º do CIRS.

Declaro aceitar a representação de \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

30

## A PRESENTE DECLARAÇÃO CORRESPONDE À VERDADE E NÃO OMITTE QUALQUER INFORMAÇÃO PEDIDA

Local e Data \_\_\_\_\_

ANO MÊS DIA

Nome e assinatura do técnico oficial de contas:

Nome Júlio DEMACEDO GONÇALVES

Assinatura

Assinatura do sujeito passivo ou do seu representante legal

2. Luís Miguel de Costa Pereira

Número de identificação fiscal do representante legal

☒ 1 

40

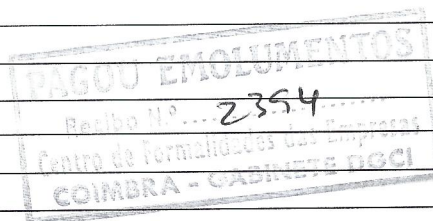
## OBSERVAÇÕES

ESTE DOCUMENTO SUBSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL ATÉ À SUA EMISSÃO

(Decreto nº 018/2002-XV, de 2002/08/13)

Gabinete da DGCI junto do CFE

Coimbra, 18.01.05



**INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO REGISTO - INÍCIO DE ACTIVIDADE**  
(Artigo 30º do CIVA, alínea a) do nº. 1 do artigo 109º do CIRC e nº. 1 do artigo 112º do CIRS)

**Indicações Gerais**

No acto da entrega da declaração será sempre exigido o cartão de identificação fiscal, quer de pessoa singular, quer de pessoa colectiva, ou documento emitido pelo Ministério da Justiça, assim como cartões de identificação fiscal ou fotocópias, comprovantes dos números de identificação fiscal indicados nos quadros 16, 17, 18, 21 e 30, bem como se for não residente com sede, estabelecimento estável ou domicílio noutro Estado membro, documento comprovativo do seu NIF no país da União Europeia, indicado no campo 4 do quadro 02.

**Número de declarações a apresentar** - Ainda que a obrigatoriedade da apresentação da declaração surja por força das disposições contidas em mais do que um dos Códigos referidos, haverá apenas lugar à entrega de uma única declaração em **TRIPPLICADO**, independentemente do número de estabelecimentos e ou tipo de actividade.

**Local** - Poderá ser apresentada em qualquer Serviço de Finanças.

**Quando** - Antes do início de actividade.

Para os sujeitos passivos cuja inscrição no Registo Nacional de Pessoas Colectivas é legalmente exigida, por força do CIRC, a apresentação desta declaração poderá ter lugar até 90 dias contados dessa inscrição; no entanto para efeitos de IVA, esta declaração deverá ser apresentada antes de iniciada a actividade (nº 1 do artº 30º do CIVA).

<b>QUADRO 01</b>	<b>ÁREA DA SEDE, DO ESTAB. ESTÁVEL OU DOMICÍLIO</b>
------------------	---

- Indicar a área do Serviço de Finanças competente.
- Se a sede ou domicílio se situar no estrangeiro, inscrever o Serviço de Finanças da área fiscal do estabelecimento estável no território nacional ou, na sua falta, o da sede ou domicílio do representante.
- Na falta de representante, por força do nº 4 do artº 70º do CIVA e nº. 2 do artº 27º do RITI, é competente o Serviço de Finanças de Lisboa - 3.

<b>QUADRO 02</b>	<b>NIF - NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL</b>
------------------	---

- Indicar o NIF de pessoa singular atribuído pela Direcção-Geral dos Impostos (Min. das Finanças) ou o NIF de pessoa colectiva ou equiparada atribuído pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas (Min. da Justiça). Tratando-se de um sujeito passivo não residente, com sede, estabelecimento estável ou domicílio noutro Estado Membro, deve indicar nos campos 3 e 4, respectivamente o prefixo e o NIF atribuído no país da U.E.

<b>QUADRO 04</b>	<b>NOME COMPLETO DO SUJEITO PASSIVO, SEDE, LOCAL DO ESTABELECIMENTO ESTÁVEL OU DOMICÍLIO</b>
------------------	--

Indique:

- Nome ou denominação social, igual ao que consta do cartão de identificação ou do documento equivalente.
- A localização da sede, estabelecimento estável ou domicílio fiscal.
- Se for uma entidade não residente e que não disponha de sede, estabelecimento estável ou domicílio noutro Estado membro da U.E., deve indicar o domicílio/sede do representante em território nacional, bem como o país, território ou região de origem.
- Se for uma entidade não residente e que disponha de sede, estabelecimento estável ou domicílio noutro Estado membro da U.E., deve indicar, em LETRAS MAIÚSCULAS, todos os elementos referidos neste quadro, com referência à sede ou domicílio no país de origem na U.E.

**Nota:** Para o correto preenchimento deste quadro, deve ser tida em consideração a lista de países, territórios ou regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favorável que foi aprovada pela portaria nº. 1272/2001 de 09 de Novembro.

<b>QUADRO 05</b>	<b>TIPO DE SUJEITO PASSIVO</b>
------------------	--------------------------------

- Assinalar com X a natureza jurídica correspondente.
- Se auferir rendimentos empresariais e ou profissionais sujeitos à cat. B do IRS assinalar os campos 1 e ou 22.
- Os campos 7 e 16 são destinados aos sujeitos passivos que não tenham sede nem direcção efectiva em território português, assinalando-se o campo 7 se possuir estabelecimento estável neste território e o campo 16 na situação inversa.

<b>QUADRO 05-A</b>	<b>SOCIEDADES ABRANGIDAS POR LEIS ESPECIAIS</b>
--------------------	---

- Assinalar com X a abreviatura correspondente à lei especial pela qual fica abrangida:
  - SAD - Sociedades Anónimas Desportivas;
  - SFE - Sociedades de Fomento Empresarial;
  - SGII - Sociedades de Gestão e Investimento Imobiliário;
  - SGP - Sociedades Gestoras de Património;
  - SLJ - Sociedades de Liquidatários Judiciais;
  - SDR - Sociedades de Desenvolvimento Regional;
  - SGE - Sociedades Gestoras de Empresas;
  - SGJ - Sociedades de Gestores Judiciais;
  - SGPS - Sociedades Gestoras de Participações Sociais;
  - OUTRAS - assinalar se não for nenhuma das anteriores

<b>QUADRO 06</b>	<b>REGIME DE TRIBUTAÇÃO</b>
------------------	-----------------------------

- Assinalar em sede de IRC o regime de tributação

<b>QUADRO 07</b>	<b>CONTRATO DE SOCIEDADE E DATA DE EMISSÃO DO NIPC</b>
------------------	--

- Indique a referência da publicação no Diário da República do contrato de sociedade, estatuto ou escritura, caso já tenha ocorrido, bem como no campo 5 a data de emissão do NIPC (Número de Identificação de Pessoa Colectiva), pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas.

<b>QUADRO 08</b>	<b>ACTIVIDADES EFECTIVAMENTE EXERCIDAS</b>
------------------	--

- Assinalar com um X, no campo 5, somente, se o motivo deste Início de Actividade for um Acto Isolado em IVA (nº 2 do artº 30º do CIVA).
- Considere actividade principal a exercida em mais larga escala e indique-a nos campos 1 e ou 2, e a actividade acessória nos campos 3 e ou 4.

<b>QUADRO 09</b>	<b>DADOS RELATIVOS À ACTIVIDADE ESPERADA</b>
------------------	--

**CAMPO 1** - Indique a data em que se verifica o início de actividade.

**CAMPO 2 e ou 4** - Só deverá assinalar estes campos se os bens em causa forem oriundos ou se destinarem a um país ou território terceiro, entendendo-se como tal o que dispõem as alíneas c) e d) do nº 2 artigo 1º do CIVA.

**CAMPOS 6, 7, 8 e 9** - Trocas Intracomunitárias: deve entender-se por "trocas intracomunitárias" as compras e vendas de bens de ou para países da União Europeia.

**CAMPOS 10 e 11** - Inscrever, respectivamente, o número de meses e ano a que se reporta o início de actividade. No número de meses a indicar, deverá incluir também o próprio mês a que se reporta o início de actividade.

**CAMPO 12** - Indique em unidade EURO o volume de negócios esperado até ao final do ano (no caso de início de actividade) ou o efectivamente verificado no ano anterior (no caso de entrega da declaração por força do artigo 58º do CIVA).

**CAMPOS 13 a 15** - Estes campos, relevantes para a definição do enquadramento (Regime de Tributação) devem ser preenchidos apenas pelos sujeitos passivos abrangidos pelo artigo 60º e seguintes do CIVA (Regime Especial dos Pequenos Retalhistas do IVA).

**CAMPO 18** - O valor a inscrever deverá corresponder ao valor das vendas de mercadorias e produtos, previsivelmente obtido se a actividade fosse desenvolvida durante todo o ano para os contribuintes tributados em sede de IRS, ou o valor total anual dos proveitos estimados, que corresponde ao total dos proveitos (calculados de harmonia com as regras previstas para o preenchimento do campo A112 do quadro 03 do Anexo A da declaração anual), determinados nos termos acima referidos para os contribuintes sujeitos a IRC.

**CAMPO 19** - O valor a inscrever será o correspondente ao valor das prestações de serviços e outros proveitos previsivelmente obtidos se a actividade fosse desenvolvida durante todo o ano.

<b>QUADRO 10</b>	<b>ENQUADRAMENTO DEFINIDO PELO SERVIÇO DE FINANÇAS</b>
------------------	--

- Este quadro deverá ser obrigatoriamente preenchido pelo Serviço de Finanças, que nele indicará qual o enquadramento - regime de tributação - (campos 1 a 14, 23 e 18 a 22) resultante dos dados da declaração, bem como a data a partir da qual o mesmo produz efeitos (campo 15). Este enquadramento, a averbar pelo Serviço de Finanças nos três exemplares da declaração e no momento da sua apresentação, vinculará os Serviços e o sujeito Passivo quanto às obrigações estabelecidas para o respectivo regime de tributação nos CIVA, CIRS e CIRC. Por esta razão, todas as dúvidas devem aí ser completamente esclarecidas.

<b>QUADRO 11</b>	<b>TIPO DE OPERAÇÕES</b>
------------------	--------------------------

- Assinalar o campo 1 se no exercício da sua actividade efectuar apenas transmissões de bens e ou prestações de serviços que conferem o direito à dedução; assinalar o campo 2 se no exercício da sua actividade efectuar apenas transmissões de bens e ou prestações de serviços isentas que não conferem direito à dedução (são as que constam dos nºs 1 a 32 e 36 e seguintes, todos do artigo 9º do CIVA).
- Se assinalou simultaneamente os campos 1 e 2, indique se o método a adoptar será: Afectação Real (campos 3 e ou 8) ou Prorata (campo 4). Se assinalou os campos 4 ou 6, indique qual a percentagem do prorata no campo 7.

**CAMPOS 8 ou 9** - Campos a preencher, exclusivamente, para os sujeitos passivos numa destas condições. (Só deverá assinalar um destes campos caso o regime de tributação em causa não resulte do exercício do direito de opção, situação em que assinalará o quadro 13).

154 3445 03 1000 - (IVA) CD 2003 B 3574 - Pág. 4/4

<b>QUADRO 12</b>	<b>PRÁTICA DE OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS</b>
------------------	--

- Destina-se exclusivamente, aos sujeitos passivos que, ao abrigo do D.L. nº 241/86, de 20 de Agosto, pretendam optar pela liquidação do IVA as transmissões ou locações de bens imóveis ou partes autónomas destes.
- Os sujeitos passivos que, nos termos do nº 4 do artigo 12º do CIVA, pretendam renunciar às isenções referidas nos nºs 30 e 31 do artigo 9º ficam obrigados ao envio da respectiva declaração prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 28º nos prazos enunciados no artigo 40º.

**NOTA:** Aconselha-se a leitura dos artigos do CIVA citados, bem como do D.L. nº 241/86, de 20 de Agosto.

<b>QUADRO 13</b>	<b>OPÇÃO POR REGIME DE TRIBUTAÇÃO</b>
------------------	---------------------------------------

**CAMPO 1** - Esta opção destina-se aos sujeitos passivos que, encontrando-se nalguma das situações a seguir indicadas, pretendam a aplicação do Regime Normal do imposto às suas operações tributáveis:

- a) Efectuem transmissões de bens e ou prestações de serviços isentas que não conferem o direito à dedução (isenção-artigo 9º do CIVA) e, podendo, queiram renunciar à isenção, nos termos do nº 1 do artigo 12º do CIVA;
- b) Isentos nos termos do artigo 53º do CIVA, ou com condições para ficarem enquadrados no Regime Especial dos Pequenos Retalhistas, mas que pretendam renunciar a tal isenção ou regime especial, de acordo com o nº 1 do artigo 55º ou nº 1 do artº 63º do CIVA.

**CAMPO 2** - Esta opção destina-se apenas aos sujeitos passivos que auferam rendimentos da categoria B (empresariais e profissionais) do IRS, e que sendo retalhistas (CAE 52...), isentos nos termos do artigo 53º do CIVA, pretendam renunciar a tal isenção e optar pelo Regime Especial dos Pequenos Retalhistas, nos termos do nº 1 do artigo 55º do CIVA.

**NOTA:** Tendo exercido o direito à opção, o sujeito passivo ficará vinculado ao regime pelo qual optou durante um período de, pelo menos, cinco anos.

**CAMPO 4** - Assinalar apenas quando pretenda exercer o direito à opção e se encontre nas condições aí descritas.

**CAMPO 5** - Assinalar apenas quando o regime de tributação ao qual se encontra vinculado ("vendas à distancia" a particulares) resulta do exercício do direito à opção efectuado num outro Estado da UE.

<b>QUADRO 14</b>	<b>OPÇÃO RELATIVA À PERIODICIDADE DE IMPOSTO</b>
------------------	--

- Podendo exercer o direito à opção pela periodicidade mensal e tendo-o feito, assinalando o campo 1, ficará vinculado ao envio das Declarações Periódicas Mensais por um período mínimo de três anos.

<b>QUADRO 15</b>	<b>NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA (NIB) PARA EFEITOS DE REEMBOLSOS</b>
------------------	--

- Informação para efeitos de reembolso por transferência bancária.
- Os dados a inscrever nos campos 3 e ou 4 são os relativos à conta escolhida, para efeitos de IVA e ou IRC, devendo, em caso de dúvida, solicitar os necessários esclarecimentos à entidade bancária respectiva.

**NOTA:** Os campos 3 e 4 não podem conter espaços em branco ou traços.

<b>QUADRO 16</b>	<b>INFORMAÇÕES RELATIVAS À CONTABILIDADE</b>
------------------	--

- Indique se possui ou é obrigado a possuir, por exigência legal, contabilidade organizada.
- Em caso afirmativo, indique o tipo de contabilidade, bem como o local onde se encontra centralizada.
- Nos campos 7 e 8 indique, respectivamente, o NIF de pessoa singular do técnico oficial de contas e o número de inscrição na CTC.

<b>QUADRO 17</b>	<b>RELAÇÃO DOS SÓCIO-GERENTES, DIRECTORES, ADMINISTRADORES, GERENTES, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, SÓCIOS DE SOCIEDADES IRREGULARES E CABEÇA-DE-CASAL OU ADMINISTRADOR CONTITULAR DA HERANÇA INDIVISA</b>
------------------	--

- Deverá indicar o nome, número de identificação fiscal e cargo das pessoas singulares ou colectivas que desempenham funções abrangidas pelo título do quadro ou tenham funções similares, incluindo o dono do estabelecimento individual de responsabilidade limitada (EIRL).
- Nos casos em que o número de linhas não seja suficiente, será efectuado o necessário desenvolvimento no quadro 40 ou em folhas de formato A4 a anexar à declaração.

<b>QUADRO 18</b>	<b>REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO</b>
------------------	--

- A 1ª parte deste quadro destina-se apenas aos sujeitos passivos que se encontrem nas situações descritas no D.L. nº 122/88, de 20 de Abril, e que exclusivamente exerçam as actividades nele contempladas, ficando para o efeito, com um enquadramento específico, designado "Regime Especial de Tributação".

**CAMPO 1** - A assinalar pelos sujeitos passivos que exerçam actividades de pescador ou armador, sendo a liquidação e entrega do IVA correspondente às vendas de peixe, crustáceos e moluscos efectuadas pelas lotas em sua substituição.

**CAMPOS 2 e 3** - A assinalar pelos sujeitos passivos que se encontrem na situação aí descrita e que reúnam as condições previstas no referido decreto-lei, indicando ainda o NIF e a designação social da empresa para a qual prestam serviços.

**CAMPO 5** - A assinalar pelos sujeitos passivos que fiquem abrangidos por outro regime especial de tributação diferente do previsto no D.L. nº 122/88, de 20 de Abril, indicando no quadro 40 a legislação aplicável.

<b>QUADRO 19</b>	<b>OPÇÃO PELO REGIME DE CONTABILIDADE ORGANIZADA (IRS) OU PELO REGIME GERAL DE DETERMINAÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (IRC)</b>
------------------	---

- Contribuintes tributados em sede de IRS** - Se reunir as condições previstas no artº 28º do CIRS, para ficar enquadrado no regime simplificado de tributação, e pretende optar pelo regime de contabilidade organizada assinalar os campos 1 e 3.
- Contribuintes tributados em sede de IRC** - Se reunir as condições para inclusão no regime simplificado de tributação previsto no artº 53 do CIRC, e pretende optar pelo regime geral de determinação do lucro tributável assinalar os campos 2 e 4.
- Se pretender ficar enquadrado no Regime Simplificado, assinalar os campos 5 ou 6 consoante seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

<b>QUADRO 21</b>	<b>REPRESENTANTE(S) DE ENTIDADE NÃO RESIDENTE SEM ESTABELECIMENTO ESTÁVEL</b>
------------------	---

- Este quadro, destina-se a dar cumprimento aos artigos 130º do CIRS, 118º do CIRC, 24º do RITI e 29º do CIVA. O Número de Identificação Fiscal do representante da entidade não residente sem estabelecimento estável em território nacional, a inscrever nos campos 3 e ou 4, será o constante do cartão de pessoa colectiva ou de pessoa singular, consoante o caso.
- A representação fiscal para efeitos de IRS e IRC, prevista neste quadro, está condicionada à obtenção de rendimentos em território nacional.
- A aceitação da representação obrigatória, apenas para IRS e IRC, será efectuada no quadro 23 da presente declaração.

<b>QUADRO 22</b>	<b>ESTAB. PRINCIPAL OU LOCAL DO EXERCÍCIO DE ACTIVIDADE (CASO SEJA DIFERENTE DO DOMICÍLIO FISCAL)</b>
------------------	---

- Unicamente para os sujeitos passivos de IRS residentes ou não residentes, que esperem obter rendimentos da categoria B e cujo estabelecimento principal ou local do exercício de actividade, não coincida com o seu domicílio fiscal ou o do seu representante legal, referido no quadro 04 da declaração.

<b>QUADRO 30</b>	<b>ENCERRAMENTO</b>
------------------	---------------------

- As declarações deverão ser assinadas pelo sujeito passivo ou seu representante legal, bem como pelo técnico oficial de contas, quando for obrigatório a sua assinatura, caso em que também deverá apor, no espaço a ela destinado, a vinhetta emitida pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, sendo obrigatoriamente aposta nos exemplares destinados à Administração Pública e facultativa na destinada a recibo.
  - Quando a declaração for apresentada pelo representante do sujeito passivo, este deverá, para além da assinatura, indicar o NIF no campo 1.
- As declarações não assinadas serão recusadas.